

Título: Atendimento à Infância e Juventude de Chapecó – Uma Proposta de Atenção em Rede.

Grupo temático: Infância e Juventude

Autores:

Vânia Augusta Cella Piazza – Promotora de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Chapecó, Mestre em Direito Público (UFSC), Especialista em Direito Processual Civil (UNOESC - Chapecó, SC). Endereço residencial: rua Osvaldo Aranha, 223D, Bairro Maria Goreti, CEP 89801-240, Chapecó, SC, fone: (49) 33224679. Endereço do trabalho: Rua Augusta Muller Bohner, 300D, Bairro Passo dos Fortes, CEP 89805-900, Chapecó, SC, fone: (49) 33219464, [vpiazza@mp.sc.gov.br](mailto:vpiazza@mp.sc.gov.br).

Ana Soraia Haddad Biasi - Assistente Social do Ministério Público da Comarca de Chapecó, Mestre em Educação (UNISINOS, RS), Especialista em Práticas Sociais em Família (URI - Frederico Westphalen, RS), Coordenadora do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó. Endereço residencial: Rua São João, 131 D aptº 501, fone (49) 33299328, CEP.: 89801 - 203. Endereço do trabalho: Rua Augusta Muller Bohner, 300D, Bairro Passo dos Fortes, CEP 89805-900, Chapecó, SC, fone: (49) 33219478, [abiasi@mp.sc.gov.br](mailto:abiasi@mp.sc.gov.br) .

Liane Keitel Psicóloga, professora do curso de Psicologia da Unochapecó, Mestre em Psicologia Clínica e Psicopatologia (ISPA/Lisboa – PT), Mestre em Ciências Ambientais (UNOCHAPECO, SC) Endereço residencial: Rua Guaporé, 363 E aptº 103 centro, fone: (49) 33224472 CEP: 89 801-130. Endereço do trabalho: Avenida Senador Atilio Fontana, 591 E, Bairro EFAPI, CEP: 89809-000, caixa postal 747, Chapecó, SC, fone: (49) 33218000, [lkeitel@unochapeco.edu.br](mailto:lkeitel@unochapeco.edu.br).

## I – Justificativa

No município de Chapecó, como em praticamente todo o país, existem crianças e adolescentes vítimas de todas as formas de violência, de exploração do trabalho infantil, de abandono, vivendo em situação de rua, envolvidos em atos infracionais, dependentes de álcool e substâncias psicoativas, fora da escola, com seus direitos ameaçados e violados. O Município possui uma estrutura de atendimento em saúde, educação e no âmbito social com significativa mobilização visando diminuir essas problemáticas que preocupam a todos, através das instituições governamentais, não governamentais e representantes da sociedade civil.

Entretanto, as dificuldades no município eram inúmeras fragilizando o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Diferentes instituições atendiam, muitas vezes, as mesmas famílias sem trocar informações, realizavam ações sobrepostas com concepções ideológicas diferentes a exemplo da repressão, tutela e assistência. Essas instituições permaneciam ‘tratando o problema – criança ou adolescente’ como a causa de todos os males sociais, sem uma efetiva compreensão de que as questões que preocupam a sociedade e ameaçam a ordem vigente são coletivas, políticas, culturais, econômicas e paradigmáticas<sup>1</sup>. São historicamente construídas, referendam desigualdades sociais, se refletem nos espaços familiares e, recaem sobre a infância e adolescência com consequências dolorosas e traumáticas que são testemunhadas cotidianamente.

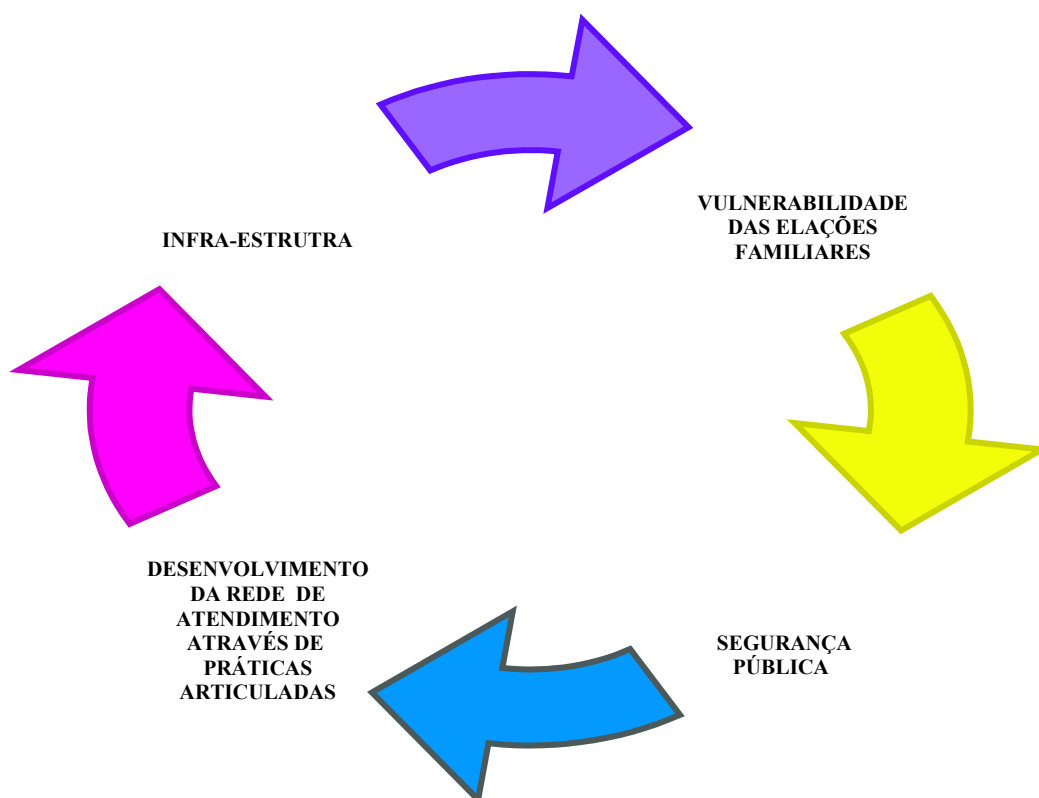
Partindo dessa discussão é que a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude em parceria com o Serviço Social das Promotorias da Comarca de Chapecó tomou a iniciativa de promover, em março de 2006, uma Audiência Pública para discutir os problemas da infância e juventude do município de Chapecó entre todas as pessoas e instituições com atuação direta e indireta no sistema de proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesta audiência entendeu-se como absolutamente necessária a realização de discussões coletivas entre as diferentes instituições que atendem as crianças e adolescentes do município. Concluiu-se que é indispensável reavaliar o presente cenário e refletir acerca de novas posturas capazes de *promover a articulação dos sujeitos através do diálogo, do respeito, do compromisso e da solidariedade*, objetivando construir alternativas de enfrentamento *às múltiplas expressões da questão social* (TÜRCK, 2002, p.23).

---

<sup>1</sup> Baseado em Morin e Maturana, tem a ver com a construção do conhecimento, com os modelos que construímos e a partir dos quais entendemos o que é mundo e a vida e pelos quais orientamos nossas práticas profissionais.

Com a assessoria, inicialmente, do Curso de Psicologia<sup>2</sup> da Unochapecó e contando com a parceria do Executivo Municipal através da Fundação de Ação Social – FASC, surgiu a proposta de realização da *I Jornada da RAIA – Rede de Apoio à Infância e Adolescência*, ocorrido em 10 de agosto de 2006, onde se iniciou o trabalho de construção da rede de atendimento da criança e do adolescente no município. Neste encontro, lançou-se a proposta de trabalho no qual, após debates e discussões, concluiu-se como essencial a realização de ações articuladas e continuadas com todos os setores de atendimento, inclusive sociedade civil, na busca de estratégias de enfrentamento dos problemas, entendendo-se a necessidade de discutir e rediscutir práticas vigentes tendo como importância fundamental transcender modelos lineares e reducionistas no atendimento.

Além disso, o projeto propõe o desenvolvimento da intersetorialidade, através de práticas interdisciplinares centradas em ênfases discutidas nos seminários regionalizados ocorridos durante do primeiro semestre de 2007. Estes encontros ressaltaram relações circulares entre:



Estes eixos foram construídos, a partir das problemáticas identificadas pelos diferentes seminários regionalizados. Cada eixo funciona como um ‘guarda-chuva’ para direcionar e planejar as diferentes ações da RAIA. Entende-se que os problemas afetos a

<sup>2</sup> O trabalho coletivo do curso de Psicologia junto a Promotoria da Infância e Juventude acontece desde o ano anterior, em virtude de convenio firmado entre o Ministério Público Estadual e o curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ, com a inserção de estágios curriculares neste espaço.

infância e juventude, emergem destas problemáticas, ao mesmo tempo em que há a compreensão de que os eixos se articulam e se potencializam reciprocamente.

Cada região constitui um grupo de trabalho para planejar ações em função de problemáticas emergentes locais. As regiões foram organizadas a partir da divisão político-administrativa dos CRAS- Centros Regionais de Assistência Social e envolvem as Secretarias de saúde e educação (âmbito municipal e estadual), demais instituições de atendimento sócio-assistenciais e sociedade civil organizada. As ações são acompanhadas e assessoradas pela Célula Gestora.

Na medida em que se vem avançando no processo de construção, mapeamento, articulação da rede e de reflexão, provocado pelas experiências vividas nos estudos de caso<sup>3</sup>, o processo tem se ampliado, a adesão aumenta e conseqüentemente aumentam os desafios. Surge, como conseqüência, a necessidade de buscar o aprofundamento sobre os princípios norteadores que estão sendo usados como sustentação teórica da proposta da RAI: a) interdisciplinaridade nas relações profissionais; b) a concepção de rede; c) o conceito sobre solidariedade e d) ampliação do olhar: linearidade x complexidade. Assim, acredita-se que na medida em que se busca o fortalecimento do sujeito, iniciando pelos profissionais, estar-se-á contribuindo para o rompimento de situações presentes buscando novas posturas, novas trajetórias.

Como é possível verificar, esse trabalho é amplo e de grande importância, por isso, exige parcerias fortalecidas para as ações, soma de esforços e conhecimentos nas diversas frentes de atuação. É fundamental a participação de todos os sujeitos envolvidos. É na relação e na troca que se cresce e que se encontra caminhos e formas diferentes de existir no mundo.

O trabalho em rede coloca os profissionais num mesmo patamar de importância, favorece um processo de conhecimento e amadurecimento, constrói um entendimento comum e possibilita uma cumplicidade maior entre a equipe, pois a intervenção não

---

<sup>3</sup> Os estudos de casos/problemáticas constituem-se encontro periódicos realizados regionalmente para discussão de casos/problemáticas específicos, Trata-se de uma intervenção direta coletiva, têm por objetivo o desenvolvimento de ações articuladas, interdisciplinares e intersetoriais, com a respectiva rede de apoio, no qual as ações estão voltadas para o contexto familiar e comunitário Esta experiência tem contribuído para definir papéis, pensar ações a curto, médio e longo prazo, definidas a partir das possibilidades encontradas constantemente, dos potenciais de saúde, dos movimentos resilientes, da história interativa entre caso/rede, das significações construídas e reconstruídas neste processo. Implica em acompanhamento, apoio, suporte, reforço. Contribui para o Reconhecimento dos espaços fundamentais de inserção e apoio social, onde o "caso é de todos".

acontece de forma isolada, mas sim num contexto coletivo, dinâmico e processual. A atuação se define a partir dos significados constantemente construídos e reconstruídos, do encontro com os potenciais de saúde, dos movimentos resilientes e da história interativa entre caso /rede. Isto implica em movimentos de rupturas, avanços e retrocessos, que vão substituindo paradigmas construídos a partir de verdades e certezas por possibilidades encontradas constantemente no decorrer do processo, a partir da prática do diálogo que sugere novos saberes e supõe renovação e reciprocidade (FREIRE, 2000). É dialógico, pois implica num movimento de ação – reflexão – ação.

O trabalho com a rede de atendimento à infância e juventude tem possibilitado a reflexão social e política do Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhece a todas as crianças e adolescentes o direito ao desenvolvimento pleno em todas as dimensões e tem sido um movimento importante de reflexão sobre as práticas e políticas públicas vigentes.

## II - Objetivo:

Realizar ações articuladas e continuadas, voltadas para família, com todos os setores de atendimento, inclusive sociedade civil, na busca de soluções para os enfrentamentos dos problemas, entendendo a necessidade de discutir/ rediscutir práticas vigentes tendo como importância fundamental transcender modelos lineares e reducionistas no atendimento.

## III - Objetivos Específicos:

Criar estratégias para a rediscussão da *estrutura e funcionamento* do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente do município de Chapecó.

Refletir acerca de novas posturas capazes de promover a articulação de pessoas/profissionais em torno de um objetivo comum.

Inventar e (re) inventar práticas de atendimento a infância e juventude garantindo a qualidade de vida e possibilidades de desenvolvimento.

Criar espaços de estágios acadêmicos para cursos afins, possibilitando a inserção na construção de experiências interdisciplinares.

Mediar as ações que buscam a articulação e complementaridade entre setores de atendimento, inclusive sociedade civil, na busca de alternativas para o enfrentamento dos problemas afetos à infância e juventude;

Oportunizar suporte emocional, capacitação e humanização para as pessoas que trabalham diretamente com a população vulnerabilizada;

Conhecer a rede de atendimento à infância e juventude;

Desenvolver concepções e práticas articuladas, com base nos conceitos de complexidade, intersetorialidade e interdisciplinar.

#### IV - Público-Alvo:

Pessoas /profissionais que atuam direta e indiretamente com a Política de Atendimento à Infância e Juventude do município de Chapecó-SC.

#### V - População Abrangida:

Organizações e instituições que desenvolvem atividades de proteção, promoção, prevenção e intervenção, direta ou indireta, relacionada à Política da Infância e Juventude do município de Chapecó-SC.

Famílias de crianças e adolescentes do município, acadêmicos e comunidade.

#### VI - Período de Implantação:

Com início em março de 2006, o presente projeto propõem uma nova postura de atuação, substituindo ações fragmentadas por práticas articuladas, numa perspectiva de totalidade. Assim se destina a consolidar-se como uma prática natural do trabalho.

#### VII- Estratégia de Execução

A realização de encontros anuais, ampliados para a discussão e avaliação da proposta de trabalho, bem como, proposição de políticas públicas no âmbito municipal.

A divisão do município em seis regiões com base na divisão político administrativo dos CRASS – Centro de Referência da Assistência Social, respeitando o princípio da territorialização da rede de Assistência Social<sup>4</sup> e a criação de uma coordenação regional em cada região no tripé, saúde, educação e assistência social para a formação de um grupo de trabalho com o fim de planejar ações conforme realidades regionais.

---

<sup>4</sup> Oferta de serviços baseada na lógica da proximidade do cidadão; localização dos serviços nos territórios com maior incidência de vulnerabilidades e riscos sociais para a população; garantia do comando único por instância de gestão.

Organização de um grupo de trabalho para mapear a rede de atendimento e identificar quanti /qualitativamente os programas, projetos e serviços que desenham a rede de atendimento à infância e adolescência no município de Chapecó.

Divulgação e mobilização pró-adesão, com as diversas instituições que compõem o sistema de garantia de direitos da infância e juventude.

A realização de estudos de casos /problemáticas concretos, por região, objetivando o desenvolvimento de ações articuladas, interdisciplinares e intersetoriais, com a respectiva rede de apoio, no qual as ações estão voltadas para o contexto familiar e comunitário, valorizando as potencialidades contextuais como possibilidades para empreender esforços, diferentemente das práticas isoladas e fragmentas, focadas para o problema;

A criação de grupos de estudos temático objetivando o aprofundamento e o enfrentamento das situações problemas. Essas experiências<sup>5</sup> têm como diretriz fundante a discussão das práticas de atendimento, no intuito de construir uma metodologia que permita a interação dos serviços, a co-responsabilidade dos envolvidos, a construção de vínculos significativos no contexto dos serviços e na relação entre serviços e usuários, considerando a dimensão dos problemas, a complementaridade das ações e o atendimento das necessidades locais. Com base nos relatos das experiências vividas, é possível a produção de material teórico a fim de subsidiar as pessoas /profissionais que atuam diretamente com a população vulnerabilizada, objetivando um suporte teórico-metodológico para futuras intervenções.

A realização de encontros regionalizados, para apresentação de propostas a partir da discussão coletiva da realidade de cada região<sup>6</sup> a fim de se construir políticas públicas voltadas às demandas regionais.

A criação de um núcleo central, definido como *Célula Gestora*, que possui a atribuição de articular, coordenar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho realizado pelas coordenações regionais.

A construção de um banco de dados *on line* que tem como finalidade interligar toda a rede de atendimento facilitando a comunicação e a agilidade nos encaminhamentos de forma a efetivamente garantir os direitos das crianças e adolescentes do município.

Inserção de acadêmicos de cursos afins, possibilitando a inserção na construção de experiências interdisciplinares.

---

<sup>5</sup> Estudos de casos /problemáticas concretos e grupos de estudos temáticos.

<sup>6</sup> Vulnerabilidades, potencialidades, levantamento das problemáticas e experiências exitosas

A implementação do projeto Rompendo Silêncio que objetiva trabalhar com a população adulta e infanto-juvenil a prevenção da violência e exploração sexual infanto-juvenil;

O encaminhamento para o Ministério da Saúde, Programa *Pró-Saúde*, de um projeto de extensão que tem como finalidade a capacitação dos sujeitos envolvidos para a construção estratégias que possibilitem o desenvolvimento de ações articuladas, interdisciplinares e intersetoriais entre serviços de saúde, educação, assistência social e sociedade civil organizada no atendimento infância e juventude.

#### VIII - Entidades Envolvidas:

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Chapecó;

Serviço Social das Promotorias de Justiça da Comarca de Chapecó;

Prefeitura Municipal de Chapecó;

UNOCHAPECÓ

Poder Judiciário;

Secretaria de Desenvolvimento Regional – Chapecó;

CONSEG – Chapecó;

Conselho Tutelar de Chapecó;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó;

Polícia militar;

Polícia civil;

OAB.

#### IX - Recursos Financeiros:

Tendo em vista que o projeto busca viabilizar eficiente e eficazmente os programas, projetos e serviços já existentes no município, assim como a articulação de pessoas /profissionais de diferentes espaços e conhecimentos, consubstanciado em um objetivo comum, a Rede de Atendimento à Infância e Juventude, conta com recursos captados pelas diferentes instituições.

#### X - Recursos Humanos:

Pessoas e profissionais que atuam direta ou indiretamente na rede de atendimento à Infância e Adolescência.

#### XI - Metodologia de Controle e Monitoramento:

A avaliação do projeto está vinculada aos resultados obtidos nas ações afins. Também, os parceiros poderão realizar reuniões independentes, entre si, buscando incentivar outras pessoas e instituições a aderirem à proposta.

Cabe a Célula Gestora designar reuniões sistemáticas, com os parceiros e com a comunidade, de forma regionalizada (envolvendo os integrantes de cada região) ou geral (envolvendo todos os integrantes), para coletar dados relativos aos resultados esperados, para integrar esforços e aperfeiçoar atividades, propiciando momentos de reflexão, compreensão, avaliação, planejamento e debates.

#### XII - Resultados Aferidos:

A consolidação da rede de atendimento à infância e juventude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, In.: Coletânea de Leis. 2. ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em serviço social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Unesp, 2000.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Critica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

STRECK, Danilo R. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia no encontro de tempos. Ensaios inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. *Rede interna e rede social: o desafio permanente nas teias das relações sociais*. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.